

Dossiê “Faculdade de Formação de Professores: 50 anos formando formadores”

RESENHA

Clarice Nunes
DOCÊNCIA E PESQUISA EM EDUCAÇÃO
NA VISÃO DE HAYDEÉ FIGUEIRÊDO

Maria da Conceição Calmon Arruda 

-
- NUNES, Clarice (Org.). Docência e pesquisa em educação na visão de Haydeé Figueirêdo. Rio de Janeiro: Litteris Editora, 2010, 232p. ISBN 978-85-374-0133-0.
-

“A ausência de interesses dos poderes públicos para transformar a cidade num espaço social com melhor qualidade de vida traz como consequência um subaproveitamento do potencial educativo existente na Faculdade de Formação de Professores” (FIGUEIRÊDO, 2001, p. 29).

Celebrar os 50 anos da Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo (FFP/UERJ) nos convida a refletir sobre sua história e sobre os sentidos da Formação de Professores em uma cidade periférica, atravessada por contradições e por disputas políticas, como a Cidade de São Gonçalo (RJ). O livro “Docência e Pesquisa em Educação: na visão de Haydée Figueirêdo”, organizado pela Professora Clarice Nunes, além de nos oferecer subsídios para essa reflexão, é uma homenagem póstuma à Professora Haydée da Graça Ferreira de Figueirêdo (1950-2003), que faleceu antes da conclusão de sua tese de doutoramento. A obra reúne textos elaborados pela docente ao longo de sua trajetória acadêmica e de seu doutoramento, revelando uma pesquisadora que se debruçou sobre a história local para (re) pensar sua prática, a constituição da FFP/UERJ e as políticas públicas que engendraram/engendram a Formação de Professores e o próprio direito à educação das camadas populares.

Haydée, moradora do Município de São Gonçalo, que atuou na Educação Básica e no Ensino Superior, nos presenteia com uma aula de metodologia da pesquisa e de rigor teórico conceitual ao se propor a escovar a história local a contrapelo a partir do estudo de fontes primárias (jornais, fotografias, arquivos etc.) tanto da cidade de São Gonçalo, quanto da FFP. Essa última seu tema de pesquisa no doutorado e local de trabalho (1982- 2003). Na FFP nossa autora atuou no ensino, na pesquisa e na extensão, tendo sido uma das fundadoras do “Núcleo de Pesquisa e Extensão Vozes da Educação”, em 1996.

Ao se debruçar sobre os estudos de José Ricardo Pires de Almeida, *História da instrução pública no Brasil (1500-1889)* e de José Antônio Soares de Souza, *Da Vila Real da Praia Grande à Imperial Cidade de Niterói*, Haydée Figueirêdo traça um panorama dos percalços e dos limites da escolarização em São Gonçalo no século XIX e assevera que já se identificava a existência de escolas públicas primárias no município antes da publicação do Ato Adicional de 1834, que transferiu para as Províncias a responsabilidade pela oferta da instrução primária. A lei nº 81 de 1837, da Província do Rio de Janeiro, que estabeleceu os parâmetros dessa escolarização, interditava o acesso à escola àqueles que padecessem de doenças contagiosas e aos negros africanos - não importando se escravizados ou libertos. O padrão de escola propugnado era o que combinava moradia do professor com espaço escolar: “A escola era, portanto, uma extensão da casa na qual moravam os professores” (FIGUEIRÊDO, 2010, p. 84).

O exame dos Relatórios de Presidentes de Províncias (1843-1894) sinaliza que “a escola pública gonçalense cresceu quantitativamente a partir da década de 1870 (...). Coincidentemente, ou não, esse evento ocorreu na mesma época em que São Gonçalo se municipalizou, desmembrando-se de Niterói” (FIGUEIRÊDO, 2010, p. 76). Haydée destaca, ainda, que para parte dos professores do século XIX, a prática docente viabilizou um movimento migratório do campo para os centros urbanos da Província do Rio de Janeiro e/ou de deslocamento dentro do próprio território: Os professores “passaram por escolas em Neves, Barreto, Porto Velho, Itaoca, São Lourenço, Jaconé e Baldeador” (FIGUEIRÊDO, 2010, p. 85).

É interessante ressaltar que se por um lado o estudo sobre a escolarização gonçalense dos dezenove nos revela a organização da instrução primária pública nos marcos legais estabelecidos pelo Império e pela Província do Rio de Janeiro, por outro os dados educacionais do Século XX mostram que “a cidade de São Gonçalo não possuía, até o início dos anos de 1960, ginásios públicos, exigindo que a opção das famílias para a continuidade dos estudos de seus filhos recaísse na matrícula em escolas particulares da cidade” (FIGUEIRÊDO, 2010, p. 22). Isso circunscrevia a trajetória escolar dos munícipes à condição socio econômica de suas famílias e/ou responsáveis.

A própria trajetória escolar de Haydée reflete essa limitação: Ela cursou as séries iniciais na rede pública de ensino, mas completou sua escolarização na rede privada por conta dessa realidade. Ao refletir sobre sua trajetória escolar, Haydée afirma que “ter estudado em escola pública e ter vivenciado a escola privada nos cursos secundário e normal foi decisivo em minha experiência” (FIGUEIRÊDO, 2010, p. 22) e para a compreensão de

que os valores não são universais nem estáveis. (...) que um bem público, como a educação, para ser garantido pelos seus efeitos de valor social, não pode ser tratado de modo simplista, como determinadas políticas públicas o fazem e como induzem os professores a fazê-lo em suas práticas (FIGUEIRÊDO, 2010, p. 23).

É só nos anos 1980 que o Ensino Secundário¹ público é expandido no município, mas sem conseguir atingir um percentual significativo da população gonçalense. Salientamos que essa expansão dialoga com as políticas públicas² de educação promovidas pela ditadura civil militar (1964-1985). A Lei nº 5.692/1971, sancionada nesse período, estabeleceu, entre outros fatores, a elevação da escolaridade obrigatória para 8 anos, reconfigurou a Formação de Professores e o Ensino Secundário - impondo a profissionalização compulsória nessa etapa do ensino (2º Grau Profissionalizante).

Na visão de Haydée essa reforma não promoveu, na rede pública de São Gonçalo, uma ampliação da infraestrutura escolar, mas uma acomodação. Isso porque os cursos de 2º grau passaram a ser ofertados “nos antigos grupos escolares que se transformaram, com a reforma de ensino de 1971, em escolas estaduais de Ensino Fundamental” (FIGUEIRÊDO, 2010, p. 22).

A gênese da Faculdade de Formação de Professores (FFP) se entrelaça com a sanção da Lei nº 5.692/1971 e com a política educacional adotada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (1971-1975), posto que este estabeleceu entre as metas, de sua Secretaria Estadual de Educação e Cultura, a capacitação de professores “para o segundo segmento do ensino fundamental (...) [e a formação de] professores para as disciplinas técnicas do ensino médio” (FIGUEIRÊDO, 2010, p. 41). Haydée classifica essa política educacional como “uma inovação conservadora” na Formação de Professores, que colocou “no centro do debate modalidades ‘novas’ de habilitação do magistério no Estado [do Rio de Janeiro]” (FIGUEIRÊDO, 2010, p. 42).

¹ Equivale ao Ensino Médio.

² Nos alinhamos com o entendimento de Luiz Antônio Cunha (2014) de que durante o período foram desenvolvidas e implementadas diversas políticas educacionais, que mesmo segmentadas, espelhavam a concepção de educação de intelectuais civis que apoiaram o Golpe de 1964.

A criação da Fundação Centro de Treinamento de Professores do Estado do Rio de Janeiro (Cetrerj), em 1971, se articula com esse processo e tinha “como objetivo a formação em serviço dos professores da rede pública estadual de ensino” (FIGUEIRÊDO, 2010, p. 37), atendendo, a um só tempo, a formação continuada de professores das séries iniciais (reciclagem), a preparação de “professores para o segundo segmento do ensino fundamental [e a formação de] professores para as disciplinas técnicas do ensino médio” (FIGUEIRÊDO, 2010, p. 41). A FFP foi criada no mesmo ato legal que instituiu a Fundação Cetrerj e a ela estava subordinada administrativamente (Lei Estadual nº 6.398 de 20/8/1971).

Mas se origem da FFP se entrelaça com os parâmetros estabelecidos pela Lei nº 5.692/1971, sua continuidade do mesmo modo se vê ameaçada por outra determinação da ditadura civil-militar: A fusão político-administrativa do Estado da Guanabara (1960-1975) com o Estado do Rio de Janeiro determinada, em 1974, pelo Presidente Ernesto Geisel (mar. 1974- mar. 1979). No mês de março do ano seguinte a fusão dos dois estados não só se efetiva, como é o marco inicial do que Haydeé classifica como um período “de sucessivas crises que acarretaram o isolamento institucional” da FFP (FIGUEIRÊDO, 2010, p. 44).

O mergulho em fontes documentais diversas possibilitou que Haydeé mapeasse as diferentes etapas de vinculação institucional da FFP, assim como a mobilização e/ou embates de docentes, funcionários e da comunidade local pela manutenção da FFP na Cidade de São Gonçalo. Esse período tem início em 1975 e se estende até 1987, quando a destinação prevista no Decreto Lei nº 67 de 11/4/1975 se materializa e a FFP é incorporada a Uerj. No Quadro a seguir apresentamos uma síntese das diferentes vinculações administrativa da FFP nas décadas de 1970 e 1980.

Quadro 1 – Faculdade de Formação de Professores (FFP)

Faculdade de Formação de Professores – FFP		
Ano	Vinculação administrativa /embates	Governador
1971	Criação da Fundação Centro de Treinamento de Professores do Estado do Rio de Janeiro (Cetrerj) – Lei Estadual nº 6.398 de 20/8/1971. Criação da FFP no mesmo ato legal que criou o Cetrerj	Raimundo Padilha (mar. 1971 – mar. 1975) – Governador Biônico ³ .

³ Segundo Joseana Paganine (2017) “os Senadores e governadores eleitos indiretamente ficaram conhecidos como “biônicos”. O termo era uma referência ao seriado de televisão O Homem de Seis Milhões de Dólares (...). O personagem principal (...) havia sido mutilado em um acidente e teve o corpo reconstituído por meio de implantes “biônicos”. Como não eram escolhidos por voto popular, governadores e senadores “biônicos” eram considerados um artifício para interferir nos rumos políticos do país”. Destacamos que a Ditadura Civil Militar (1964-1985) cassou direitos políticos e mandatos de políticos eleitos pelo voto popular, além de interditar o direito ao voto direto da população brasileira para a eleição de Senadores e de Governadores, e do próprio Presidente da República.

1971-1974	FFP é instalada no espaço físico onde funcionava um Patronato de Menores. A Fundação Cetrerj – que era vinculada à Secretaria Estadual de Educação – tinha como objetivo capacitar professores da rede estadual e dar conta das mudanças geradas pela reforma da educação de 1971(Lei 5692/1971).	
1974	É determinada a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Apoio político pela manutenção da FFP em São Gonçalo após a fusão.	
1975	Efetivação da fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Extinção Fundação Cetrerj. A Universidade do Estado da Guanabara é renomeada e passa a ser denominada Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).	Faria Lima (mar.1975-mar.1979) Governador Biônico.
1975	Criação da Fundação Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Educação e Cultura (CDRH).	Faria Lima (mar.1975- mar.1979) Governador Biônico.
1975-1980	Vinculação administrativa da FFP à Fundação CDRH. A sede do CDRH ficava situada na Cidade do Rio de Janeiro e a FFP continuou em São Gonçalo.	Faria Lima (mar. 1975-mar.1979) Governador Biônico. Chagas Freitas (mar.1979-mar.1983) Governador Biônico.
1980	Criação da Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro (Faperj) – Decreto nº 3.290 de 16/6/1980.	Chagas Freitas (mar. 1979 – mar. 1983) – Governador Biônico.
1980-1987	Vinculação administrativa da FFP a Faperj.	
1983-1987	Os meses de março e abril de 1983 são marcados por embates e incertezas em relação à vinculação administrativa da FFP. A resistência e a articulação de professores, funcionários e estudantes conseguiram evitar a extinção da FFP.	Leonel Brizola (mar. 1983 – mar. 1987) – Primeiro governador Eleito pelo voto popular após 1964.
1987 -	Vinculação administrativa da FFP a UERJ conforme previsto no Decreto Lei nº 67, de 11/4/1975. Lei Estadual nº 1.175/1987 (DOERJ de 23/7/1987).	Moreira Franco (mar.1987-mar. 1991) Governador eleito

Fonte: ARRUDA (2023)

Em 1975, durante o Governo Faria Lima (mar. 1975 - mar. 1979), a Fundação Cetrerj é extinta e a FFP vinculada administrativamente à Fundação Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Educação e Cultura (CDRH) até 1980. Já no Governo Chagas Freitas (mar. 1979- mar. 1983) esteve vinculada a recém-criada Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro (Faperj), que se constituiu a partir da união do CDRH com o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro (Fidermj).

O Governo Leonel Brizola (mar. 1983 – mar. 1987), primeiro governador

eleito após o Golpe Civil-militar de 1964, é marcado por embates e incertezas em relação à vinculação administrativa da FFP. Se em um primeiro momento, ainda na transição de governo, professores, funcionários e estudantes “foram surpreendidos pela incorporação da faculdade à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Decreto n. 6570, Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, de 07/03/1983” (FIGUEIRÊDO, 2010, p. 154), no mês seguinte, o Decreto nº 6.629 (DOERJ de 05/4/1983) destinava os servidores e o patrimônio da FFP para a Secretaria de Estado de Educação. Como tal iniciativa encontrou forte resistência de funcionários, docentes e da comunidade gonçalense, a FFP permaneceu vinculada a Faperj.

Esse episódio marcou o início de uma intensa luta política que quase redundou na extinção da faculdade, bem como o mais forte e decisivo confronto entre professores, estudantes e funcionários técnico-administrativos contra o governo, com inúmeras implicações e episódios de greve, que culminaram na demissão de pessoal até o final do primeiro mandato do governo Brizola (FIGUEIRÊDO, 2010, p. 154).

É só no Governo Wellington Moreira Franco (mar. 1987- mar. 1991) que é efetivada a vinculação institucional da FFP a UERJ, conforme previsto no artigo 1º do Decreto Lei nº 67, de 11/4/1975. Na avaliação de Haydeé Figueirêdo (2010, p. 153) esse hiato temporal ocorreu porque “o processo de negociação realizado implicou o recuo do governo [do período]”. Além da questão da vinculação administrativa, a FFP também teria que superar questionamentos sobre a propriedade do terreno que ocupa desde a sua criação⁴, no Bairro do Patronato. Haydeé detalha a investigação que realizou buscando identificar os reais proprietários “das terras do antigo Patronato [de Menores Abandonados]” (FIGUEIRÊDO, 2010, p. 173) e as dificuldades postas pelo “descuido com a memória”, posto que “os arquivos da antiga Fundação Cetrej (...) perderam-se com a sua extinção, em 1975” (FIGUEIRÊDO, 2010, p. 150).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, L. A. O Legado da ditadura para a educação brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 35, n. 127, p. 357–377, abr. 2014.

FIGUEIRÊDO, Haydeé G. F. Haydeé por Haydeé. In: NUNES, Clarice org. **Docência e pesquisa em educação na visão de Haydeé Figueirêdo**. Rio de Janeiro: Litteris Ed., 2010. 231 p. p. 19-44.

⁴ A posse efetiva do terreno da FFP se deu após a publicação desse livro.

FIGUÊIREDO, Haydée G. F. Da (in)visibilidade da Faculdade de Formação de Professores/UERJ/SG. In: NUNES, Clarice org. **Docência e pesquisa em educação na visão de Haydée Figueirêdo**. Rio de Janeiro: Litteris Ed., 2010. 231 p. p. 145-210.

FIGUÊIREDO, Haydée G. F. Valorizando o local: A educação gonçalense no século XIX. In: NUNES, Clarice org. **Docência e pesquisa em educação na visão de Haydée Figueirêdo**. Rio de Janeiro: Litteris Ed., 2010. 231 p. p. 59-98.

NUNES, Clarice org. **Docência e pesquisa em educação na visão de Haydée Figueirêdo**. Rio de Janeiro: Litteris Ed., 2010. 231 p.

PAGANINE, Joseana. Pacote de Abril criou senadores e governadores biônicos. **Agência Senado**, 4 abr. 2017. Disponível em: [Pacote de Abril criou senadores e governadores biônicos — Senado Notícias](#) . Acesso em: 20 set. 2023.

Submissão em: 03 nov. 2023.

Aceite em: 21 nov. 2023.

ⁱ **Maria da Conceição Calmon Arruda**

Doutora em Educação pela PUC-RJ (2007). Professora Adjunta da Faculdade de Formação de Professores (FFP) da UERJ e Tecnologista em Saúde Pública da Fiocruz/Icict. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, Formação de professores, democracia e direito à educação - GRUPEFOR/UERJ. Editora associada da revista Formação em Movimento (ForMov). Coordenadora estadual da Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação (ANFOPE). No campo da Educação a Distância atua como coordenadora pedagógica de Cursos de Extensão da Fundação Cecierj.

E-mail: conceicaoarruda2010@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2928-1005>

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5156007272296080>